

Breves reflexões sobre atuação, enfrentamentos, (re)conhecimento e o papel do Tradutor Intérprete de Libras na Educação Básica

Pamela Priscilla Clementino Silva ¹
Ritha Cordeiro de Sousa e Lima ²

RESUMO

O presente artigo visa refletir brevemente, sobre o papel do tradutor intérprete de Libras nas salas de aula inclusiva, por meio de uma revisão bibliográfica, discutir quais os enfrentamentos e avanços percebidos, já que, percebe-se um aumento considerável da necessidade desse profissional principalmente a partir do ano 2002, através do reconhecimento da Libras pela lei 10.463/02 e posteriormente a regulamentação dessa lei através do decreto 5.626/05, que legitima a Libras como meio oficial de comunicação, expressão e pela qual os surdos devem prioritariamente receber instrução. Desde que os surdos passaram em maior número a frequentar as escolas regulares (salas de aulas inclusiva), a presença do profissional Tradutor Intérprete de Libras, tornou-se imprescindível no sentido de assegurar acessibilidade linguística para esses sujeitos. A partir dos achados, conclui-se que, embora a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras tenha sido regulamentada profissionalmente a aproximadamente uma década, indentificamos a ausência de clareza sobre as atribuições deste profissional, ora por docentes envolvidos no processo inclusivo, ora por discentes surdos. A vista disso, mostra-se emergente a necessidade de atualização/criação de documentos norteadores objetivando auxiliar tomadas de decisões no processo de atuação desse profissional.

Palavras-chave: Educação de Surdos, Tradutores e Intérpretes de Libras, Inclusão, Educação Básica.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Letras Libras da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, pamela.silva@ifpb.edu.br

² Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ritha.lima@ifpb.edu.br